

AÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE AS HEPATITES VIRAIS À PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE EM UMA CADEIA PÚBLICA DA PARAÍBA

EIXO: Educação Permanente em Saúde

João Diniz Neto¹, Emilainy da Silva Santos², Mayla Fernandes Ribeiro³, Kaliane Cândido dos Santos Oliveira⁴, Lucas Barbosa Farias Leal⁵, Fabiano Fernandes Queiroga⁶, Erica Braga de Aguiar⁷, Jurandir Nascimento dos Santos⁸, Márcia Maria Medeiros Santos⁹, Gigliola Marcos Bernardo de Lima¹⁰

emilainy.silva@estudante.ufcg.edu.br, diniz.neto@estudante.ufcg.edu.br, maylafernandesribeiro3@gmail.com, kaliane.candido@estudante.ufcg.edu.br, marciamedeiros28@hotmail.com e gigiolajp@hotmail.com

Introdução:

As hepatites virais são consideradas mundialmente um grave problema de saúde pública devido à sua forma crônica e silenciosa sendo diagnosticada na maioria dos casos em estágio avançado. As hepatites virais são infecções que acometem o fígado, comprometendo assim sua função e podendo evoluir para condições fatais. No Brasil, estima-se que milhões de pessoas estejam infectadas pelos vírus das hepatites B e C, muitas das quais desconhecem sua condição devido à ausência de sintomas iniciais (BRASIL, 2024). Neste sentido, o Ministério da Saúde promove anualmente a campanha "Julho Amarelo", que visa conscientizar a população sobre a importância do diagnóstico precoce e das estratégias preventivas, promovendo a saúde e o controle da disseminação dessas doenças (BRASIL, 2019).

O ambiente prisional apresenta elevada vulnerabilidade à transmissão de doenças infecciosas, especialmente as hepatites virais dos tipos B e C (PEREIRA *et al.*, 2019). Fatores como a superlotação, uso compartilhado de materiais perfurocortantes e o acesso precário a serviços de saúde favorecem a disseminação dessas infecções. Além disso, a marginalização social dos internos frequentemente resulta em uma carência de conhecimento sobre saúde e prevenção (ELY *et al.*, 2023). Para enfrentar esses e outros desafios foi instituída em 2014 a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) que tem como principal estratégia inserir a população carcerária no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e estar alinhada a outras iniciativas, como a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), que promove ações educativas nos cenários de prática (BRASIL, 2021; BRASIL, 2018).

Em consonância as políticas citadas anteriormente, a ações de educação em saúde desempenha um papel fundamental na socialização do conhecimento as pessoas privadas de liberdade. Essas ações promovem a compreensão sobre o acesso aos seus direitos legais e reforçam a dignidade humana (LIMA, 2022). Neste sentido, as atividades de extensão universitária aproximam-se dessa população, proporcionando aprendizagem em saúde por meio de práticas educativas inter e multidisciplinares, o que contribui para conscientizar os futuros profissionais de saúde sobre seu papel na assistência a populações vulneráveis (NASCIMENTO *et al.*, 2021).

Nesse contexto, o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) se destaca por integrar o ensino acadêmico à prática profissional, proporcionando aos estudantes de graduação experiências diretas no âmbito da atenção à saúde (BRASIL, 2010). Na edição atual (2024-2026), o Programa tem como eixo central a promoção da equidade, funcionando como uma ponte para a execução de ações voltadas a temáticas transversais. Essas ações abrangem questões como gênero, identidade de gênero, sexualidade, raça, etnia e deficiências, com a finalidade de proporcionar um cuidado humanizado e integral, em conformidade com os princípios do SUS e as demandas atuais da saúde pública (BRASIL, 2023). Assim, unidades prisionais, como o cenário deste estudo, se alinha ao tema central da Equidade do Programa PET-Saúde (2024-2026).

Assim, este trabalho tem como objetivo descrever a experiência vivida por estudantes, profissionais de saúde e equipe penal durante a atuação na campanha Julho Amarelo em uma Cadeia Pública da Paraíba.

Metodologia:

^{1,2,3} Estudantes de Graduação, UFCG, Campus Cuité, PB. Brasil.

⁴ Estudante de Graduação, UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

^{5,6,7,8} Policial Penal, Cadeia Pública de Cuité, Cuité, PB. Brasil.

⁹ Preceptora, Enfermeira, USF Luiza Dantas de Medeiros, Cuité, PB. Brasil.

¹⁰ Tutora, Professora Doutora, UFCG, Campus Cuité, PB. Brasil.

Trata-se de um estudo ancorado na abordagem qualitativa do tipo relato de experiência vivenciado pelo grupo do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), que atua na USF Luiza Dantas de Medeiros durante uma ação alusiva às hepatites virais realizada em julho de 2024 na Cadeia Pública de Cuité, Paraíba. A atividade foi planejada em parceria com a Equipe Penitenciária e estudantes do Estágio Supervisionado I do Curso de Bacharelado em Enfermagem do Centro de Educação e Saúde (CES) da UFCG. A primeira etapa da ação teve início com um breve momento de apresentação e acolhimento através de diálogo com os homens privados de liberdade utilizando-se como ferramentas banner, folders e cartazes informativos, seguido de apresentação de diálogo, conduzido pela equipe envolvida enfatizando a prevenção e combate às hepatites virais e importância da prevenção e diagnóstico precoce. Cartazes informativos, com ilustrações de fácil compreensão, foram utilizados, despertando grande interesse entre os internos, muitos dos quais desconheciam informações básicas sobre essas doenças. Na sequência, foram realizados testes rápidos para detecção de hepatites B e C e sífilis em toda a população privada de liberdade da cadeia pública que desejou livremente se submeter aos testes. Utilizou-se uma sala previamente preparada pela equipe de saúde com todas as prerrogativas sanitárias e de privacidade. O procedimento permitiu a avaliação imediata dos resultados, além de orientações personalizadas sobre os cuidados a serem adotados, conforme os diagnósticos. A coleta de sangue capilar seguiu os rigorosos protocolos de biossegurança adotados pelo Ministério da Saúde. Simultaneamente foram oferecidas a vacinação contra hepatite B àqueles que ainda não haviam sido imunizados e que optaram pela vacina no momento, representando um avanço significativo na prevenção da doença em um ambiente de alto risco de contágio.

Resultados e Discussões:

Durante a realização da ação, a unidade prisional abrigava cerca de 54 homens privados de liberdade. Destacamos aqui que esse número supera a capacidade máxima desta Cadeia Pública o que configura superlotação prisional. Segundo Lima (2022), cenários de superlotação prisional contribui para a vulnerabilidade dos internos à transmissão de doenças infecciosas, como as hepatites virais, que são prevalentes nesse ambiente devido às condições sanitárias e à limitação no acesso a serviços de saúde.

Da população total de homens privados de liberdade que se encontrava no momento da ação, 92,5% da população foi submetida aos testes rápidos para detecção de hepatites B e C e sífilis ($n=50$). A realização desses testes no ambiente prisional está em conformidade com a PNAISP, que preconiza a ampliação do acesso ao diagnóstico e tratamento das hepatites virais no sistema prisional, conforme estabelecido pela Portaria GM/MS nº 2.298/2021 (BRASIL, 2021). Além disso, 30 internos foram vacinados contra a hepatite B. Essa medida é considerada uma das estratégias mais eficazes na prevenção e controle da doença, sobretudo em ambientes de alto risco (BRASIL, 2019). A imunização dos internos representa um avanço significativo, considerando que, devido às condições do sistema prisional, o acesso a esse tipo de cuidado é muitas vezes limitado (PEREIRA *et al.*, 2019).

As ações educativas desenvolvidas, como a exposição de cartazes informativos e explicações detalhadas sobre as hepatites virais, também desempenharam um papel essencial na conscientização sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce. De acordo com Ely *et al.* (2023), a educação em saúde é essencial para promover o bem-estar e reduzir os riscos associados à falta de informação sobre doenças transmissíveis, destacando a necessidade de intervenções regulares no ambiente prisional para melhorar as condições de saúde e a qualidade de vida dos internos.

Os resultados dos testes indicaram diagnósticos negativos para todos os indivíduos, sem casos positivos detectados. Esse dado, aliado à alta adesão aos testes e à vacinação, reforça o impacto positivo das ações educativas. Além disso, evidencia o interesse dos internos em ampliar seu conhecimento sobre prevenção e diagnóstico, contribuindo para a redução do estigma relacionado às doenças infecciosas no ambiente prisional (ELY *et al.*, 2023; PEREIRA *et al.*, 2019).

O Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) se destaca ao aproximar a academia da realidade de pessoas privadas de liberdade, proporcionando aos estudantes a oportunidade de vivenciar e contribuir para a implementação de práticas sanitárias fundamentais (BRASIL, 2010; NASCIMENTO *et al.*, 2021).

Considerações finais:

A intervenção evidenciou o sucesso das ações de prevenção e conscientização sobre as hepatites virais no ambiente prisional, destacando a relevância da educação permanente em saúde e da abordagem interprofissional nas práticas de cuidado. A participação dos estudantes, equipe penitenciária e profissionais de saúde foi essencial para fortalecer a prevenção e o diagnóstico precoce, fatores indispensáveis ao controle dessas infecções virais com ênfase às hepatites. Essa experiência contribui significativamente para a formação de futuros profissionais de saúde estando estes mais preparados para atuar em contextos de alta vulnerabilidade e para a implementação de políticas públicas que atendam às particularidades das populações privadas de liberdade.

Os resultados reforçam a necessidade de ações educativas contínuas no sistema prisional e a integração de políticas públicas a iniciativas práticas que garantam acesso universal e equitativo à saúde, assegurando os direitos de todos, independentemente de sua condição de liberdade.

Palavras-chave: Saúde Pública, Educação em Saúde, Pessoas Privadas de Liberdade, Hepatites

Referências:

- [1] BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de HIV/Aids, Tuberclose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Hepatites virais**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/aids/pt-br/assuntos/hepatites-virais>. Acesso em: 07 jan. 2025.

[2] BRASIL. Ministério da Saúde/Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Edital SGTES/MS Nº 11, de 16 de novembro de 2023. Seleção para o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde: Equidade 2024-2026). **Diário Oficial da União**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/edital-sgtes/ms-n-11-de-16-de-setembro-de-2023-523637034>. Acesso em: 08 jan. 2025.

[3] BRASIL. Portaria GM/MS nº 2.298, de 9 de setembro de 2021. Dispõe sobre as normas para a operacionalização da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**. Brasília, 2021. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2021/prt2298_10_09_2021.html. Acesso em: 07 jan. 2025.

[4] BRASIL. **LEI Nº 13.802, de 10 de janeiro de 2019**. Institui o Julho Amarelo, a ser realizado a cada ano, em todo o território nacional, no mês de julho, quando serão efetivadas ações relacionadas à luta contra as hepatites virais. Brasília: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13802.htm. Acesso em: 07 jan. 2025.

[5] BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento?**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude_fortalecimento.pdf. Acesso em: 07 jan. 2025.

[6] BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Interministerial nº 421, de 3 de março de 2010. Institui o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET Saúde) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2010. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/pri0421_03_03_2010.html. Acesso em: 08 jan. 2025.

[7] ELY, Karine Zenatti *et al.* A Educação Permanente em Saúde e os atores do sistema prisional no cenário pandêmico. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 21, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/FX5FGyjLBYbsBH6myRdZRBp/?lang=pt>. Acesso em: 08 jan. 2025.

[8] LIMA, Thiago Oliveira Sabino de. **Saúde da população privada de liberdade em Palmas/TO**. 2022. 106f. Dissertação (Mestrado em Ensino em Ciência e Saúde) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Ensino em Ciência e Saúde, Palmas, 2022. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/4417>. Acesso em: 08 jan. 2025.

[9] NASCIMENTO, Jonathan Willams do *et al.* Relato de experiência sobre a importância da intersetorialidade e interprofissionalidade para a promoção da saúde em um projeto de extensão, Pet-saúde interprofissionalidade. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 560-578, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/22801>. Acesso em: 08 jan. 2025.

[10] PEREIRA, Ivina Lorena Leite *et al.* Hepatites em pessoas privadas de liberdade: revisão sistemática. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 2095-2106, 2019. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/1577>. Acesso em: 08 jan. 2025.

Agradecimentos: Esta iniciativa só foi possível graças ao apoio e à colaboração de inúmeras pessoas que acreditaram na sua importância e dedicaram esforços para torná-lo um verdadeiro sucesso.

Manifestamos nossa gratidão à Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde - SGTES do Ministério da Saúde pelo fomento de bolsas no Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde), bem como, pela parceria e apoio interinstitucional do Centro de Educação e Saúde (UFCG), pela Secretaria Municipal de Saúde de Cuité e a IV Gerência Regional de Saúde (SES/PB) na vigência 2024-2026.

Agradecemos aos profissionais da Unidade de Saúde da Família Luiza Dantas de Medeiros e aos estudantes do Curso de Bacharelado em Enfermagem do Centro de Educação e Saúde, pela dedicação e parceria que tornaram possível o planejamento e a execução das atividades. Nossa reconhecimento se estende à administração e equipe penal da Cadeia Pública de Cuité que acolheram o projeto e contribuíram ativamente para sua realização.

Agradecimento especial ao público-alvo desta intervenção, as pessoas privadas de liberdade, por sua participação e receptividade. O interesse demonstrado por cada indivíduo foi essencial para enriquecer esta experiência.

Ilustrações:



Figura 1 – Ação do Julho Amarelo – Equipe PET-Saúde. Cadeia Pública de Cuité, Paraíba. Julho - 2024.